

SP12618

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

*Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 517 700 Fax: 5130 36*

*website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)*

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Vigésima Quarta Sessão Ordinária**

**20 – 24 de Junho de 2014**

**Malabo, GUINÉ EQUATORIAL**

**EX.CL/828(XXV)ii**  
**Original:Inglês**

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE CONFERÊNCIAS E PROGRAMAS DO**  
**COMITÉ DE REPRESENTANTES PERMANENTS (CRP), FEVEREIRO –**  
**JUNHO DE 2014**

## **RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE CONFERÊNCIAS E PROGRAMAS DO COMITÉ DE REPRESENTANTES PERMANENTS (CRP), FEVEREIRO – JUNHO DE 2014**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. O Subcomité de Conferências e Programas Comité de Representantes Permanentes (CRP) realizou três sessões, da seguinte forma: 19 de Fevereiro de 2014, 25 de Abril de 2014 e 12 de Junho de 2014.
2. A primeira Sessão foi realizada sob a presidência de S.E. Sr. Mahfud RM Rahim, Embaixador da Líbia na Etiópia e representante permanente junto da União Africana e Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA). O objectivo da reunião foi o de analisar o Documento Quadro Orçamental para o Exercício de 2015, cuja finalidade foi a de prestar a orientação geral das prioridades e actividades da CUA durante o ano de 2015.
3. A segunda Sessão foi presidida por S.E. Diallo Amina Djibo, Embaixadora do Níger na Etiópia e representante permanente junto da União Africana e CEA. Presidiu a reunião em nome do Presidente, S.E. Sr. Mahfud RM Rahim, que estava fora do país em missão oficial. O objectivo da reunião foi o de analisar e aprovar o relatório da reunião do Subcomité do dia 19 de Fevereiro de 2014.
4. A terceira Sessão foi presidida pelo S.E. Christopher Chika, Embaixador Adjunto do Quênia, em nome de seu Embaixador, que não pôde comparecer à reunião.

### **1ª SESSÃO**

### **II. ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS E AGENDA**

5. O Subcomité realizou a sua primeira Sessão a 19 de Fevereiro de 2014, e analisou e aprovou a seguinte agenda:
  - i) Discurso de abertura;
  - ii) Apresentação do Documento Quadro Orçamental para o Exercício de 2015;
  - iii) Diversos.

### **III. DISCURSO DE ABERTURA**

6. No seu Discurso de Abertura durante a primeira Sessão, S.E. Sr. Mahfud RM Rahim Presidente do Subcomité informou ao subcomité o propósito da reunião e apresentou os pontos a serem considerados na agenda. Posteriormente, pediu à reunião a deliberar de forma séria sobre o documento com vista a proporcionar à CUA os contributos e orientações necessárias para o próximo processo orçamental.
7. Ressaltou que 2015 será o segundo ano de implementação do Plano Estratégico da CUA para o período de 2014-2017. Salientou ainda que o continente africano testemunha uma evolução positiva e que, como tal, o continente deve tirar proveito de

tais desenvolvimentos. Alguns destes incluem: o facto de África albergar, entre outros, 60% das terras aráveis não cultivadas do mundo e da abundância de recursos naturais. Mencionou igualmente alguns desafios que temos pela frente para o continente; que incluem, entre outros, o tráfico de drogas, a pirataria e terrorismo. O Presidente observou igualmente que os problemas financeiros da Comissão devem ser tratados imediatamente, caso a Comissão queira ter um desempenho eficaz e, por isso, apelou à vontade política e ao compromisso sobre a questão. Consequentemente, enfatizou a necessidade da vontade política e compromisso para a implementação do Relatório Obasanjo sobre fontes alternativas de financiamento.

8. O Director Interino da SPPMERM deu as boas-vindas aos participantes à reunião e destacou que o Documento Quadro Orçamental para o Exercício de 2015 irá indicar de forma clara as prioridades da Comissão para implementação durante o ano de 2015. Ressaltou a necessidade das contribuições dos Estados-membros, observando não ser sustentável a dependência de fundos dos parceiros. Citou o facto de algumas actividades para o exercício de 2014 terem que ser retiradas do orçamento devido à falta de recursos dos parceiros, que criou uma lacuna de financiamento nas operações da Comissão para o exercício de 2014. Apelou, então, aos Estados-membros a realizarem financiamentos adequados. Ressaltou ainda o facto de que a contribuição dos parceiros para o orçamento de programas ainda ser de 90% e enfatizou a necessidade de procurar outras fontes de financiamento para a Comissão.

#### **IV. ANÁLISE DO DOCUMENTO QUADRO ORÇAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015**

9. O Chefe da Divisão de Análise e Pesquisa de Políticas, fez uma apresentação do Documento Quadro Orçamental para o Exercício de 2015 e explicou que o mesmo foi o primeiro passo no processo de preparação do orçamento para o exercício de 2015. Esclareceu que o Documento Quadro Orçamental define as prioridades para o ano e estabelece orientações e o tom/parâmetros para o orçamento. Explicou então que o objectivo do Documento Quadro Orçamental para o Exercício de 2015 foi o de traçar as prioridades da Comissão para o exercício de 2015, em conformidade com os Pilares, Prioridades e Plano Estratégico da Comissão.
10. Mencionou que o Orçamento para o Exercício de 2015 teria como base os cinco pilares do Plano Estratégico para o período de 2014-2017, nomeadamente: Paz e Segurança; Desenvolvimento Socioeconómico; Integração, Cooperação e Parcerias; Valores Comuns; e Reforço Institucional e das Capacidades e Comunicação.
11. Afirmou que o Orçamento seria igualmente orientado pelas oito áreas prioritárias da Comissão, que são: Promoção da paz e estabilidade; Expansão da produção agrícola, desenvolvimento do agro-processamento; Promoção do desenvolvimento económico inclusivo e industrialização; Desenvolvimento da capacidade humana de África através da priorização dos cuidados primários e prevenção da saúde; Integração da participação da mulher e da juventude nas actividades do continente; Implementação de estratégias de mobilização de recursos; Fortalecimento de uma União centrada no

povo através de uma comunicação activa dos programas da União Africana; Reforço da capacidade institucional da CUA, das CER e dos outros órgãos.

12. Referiu-se igualmente à situação actual do continente e observou que em muitos países africanos que estão em ascensão em termos económicos, a democracia e boa governação criaram raízes.
13. Fez igualmente menção aos desafios que África enfrenta. Esses desafios incluem; A paz e segurança, o crescimento não-inclusivo e as crescentes desigualdades; que o crescimento não havia criado empregos suficientes, especialmente para a mulher e a juventude; que o crescimento foi orientado para os produtos de base e, portanto, não ocorreu muita transformação estrutural.
14. Sobre a Agenda 2063 da União Africana, informou à reunião que a CUA, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) iniciou um processo para desenvolver a Agenda 2063 da União Africana, cujo objectivo é o de traçar uma trajectória de crescimento para o continente para os próximos 50 anos. Informou aos participantes que o processo de elaboração da Agenda foi consultivo e inclusivo, com vista a garantir a apropriação por parte da população africana.
15. Sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, mencionou que a Comissão, em colaboração com outras partes interessadas, tinha adoptado uma Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que aborda questões inacabadas dos ODM e reconhece os crescentes objectivos de desenvolvimento sustentável.
16. Com relação ao orçamento para o exercício de 2015, informou aos participantes que o objectivo do Orçamento para o Exercício de 2015 foi a implementação de programas de acordo com as áreas prioritárias, em conformidade com o Plano Estratégico da CUA para o período de 2014-2017. Descreveu então os princípios subjacentes e pressupostos orçamentais.
17. Explicou ainda que no passado, os Estados-membros financiavam 100 por cento do orçamento operacional, enquanto os parceiros financiavam pelo menos 90 por cento do orçamento de programas e que esta situação era improvável de mudar durante o exercício de 2015.
18. Descreveu, então, as prioridades que a CUA teria que implementar em 2015. As prioridades seria um subconjunto das prioridades do Plano Estratégico para o período de 2014-17 por cada um dos resultados do Plano Estratégico.
19. Sobre Monitorização e Avaliação, afirmou que serão postos em prática mecanismos para fazer o acompanhamento do progresso na implementação e que os actuais indicadores continuariam a ser melhorados para proporcionar uma ferramenta eficaz para a avaliação do sucesso.

20. Em conclusão, enfatizou o importante papel do CRP e dos seus Subcomités na prestação de orientações à Comissão, a fim de permitir à Comissão implementar o seu papel continental de facilitação da definição de políticas e estratégias; coordenação e catalisação da agenda socioeconómica e de integração; estabelecimento de consensos e advocacia; partilha de experiências e informações; e, em geral, definição do quadro para a paz, segurança, estabilidade política e crescimento; será fundamental caso o continente queira progredir. Enfatizou igualmente que a CUA deve liderar os esforços que farão com que África contribua de forma eficaz e seja um actor importante para influenciar a dinâmica global.

#### **V. COMENTÁRIOS/OBSERVAÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS**

21. Nos debates, o Subcomité fez as seguintes observações e recomendações:
22. Que, como parte da “Introdução” no documento, seja feita menção às fontes alternativas de financiamento como uma questão importante com que se confronta a Comissão.
23. Os Estados-membros observaram ou que o orçamento para o exercício de 2015 deve ser com base no novo Regulamento Financeiro, respeitando, em particular, a estrutura do orçamento, que é composta por despesas bem como receitas. Foi igualmente observado que os anos de 2014 e 2015 foram bastante críticos para a UA em termos de melhoria da capacidade da Comissão, incluindo a gestão financeira e que esse facto devia ser destacado no documento.
24. Os Estados-membros observaram igualmente que o documento aborda a gestão do papel da China e da Índia em África, mas não menciona outros parceiros.
25. Os Estados-membros pediram esclarecimentos sobre o aumento de um escalão na categoria salarial dos funcionários existentes.
26. Em relação à declaração que afirma que “60 por cento da população do continente é menor de 25 anos, oferece o dividendo demográfico”, os Estados-membros solicitaram que seja devidamente qualificado.
27. Os Estados-membros pediram igualmente esclarecimentos da CUA sobre a promessa de 20 bilhões de \$EU em linhas de crédito por parte da China para os países africanos que foi mencionado no Documento Quadro Orçamental.
28. Relativamente aos ODM, os Estados-membros solicitaram à Comissão a apresentar a situação da realização das metas dos ODM para cada Estado-membro.
29. Com relação à Agenda 2063, os Estados-membros solicitaram à Comissão que indiquem claramente o papel dos Órgãos Deliberativos no desenvolvimento da Agenda 2063. Os Estados-membros solicitaram igualmente à Comissão a incluir, no Documento Quadro Orçamental, o resultado do Retiro Ministerial de Bahir Dar bem

como as decisões dos Órgãos Deliberativos durante a Cimeira de Janeiro de 2014, sobre a Agenda 2063.

30. Os Estados-membros questionaram sobre que bases os orçamentos de outros órgãos da UA estariam a ser preparados, uma vez que o Plano Estratégico para o período de 2014-2017 lida apenas com a Comissão.
31. Os Estados-membros questionaram sobre como a ajuda extra seria proveniente dos Estados-membros para apoiar a Comissão, à luz das suas múltiplas necessidades.
32. Os Estados-Membros exortaram à Comissão a classificar as prioridades para o exercício de 2015 de acordo com a sua importância e urgência e, de igual modo, incluir apenas aquelas prioridades que podem ser alcançadas durante o ano de 2015 (ou seja, ter prioridades dentro das prioridades), especialmente à luz das limitações de recursos.
33. Os Estados-membros observaram igualmente que as prioridades eram numerosas, em alguns casos, e solicitaram que fossem reduzidas.
34. Os Estados-membros exortaram igualmente à Comissão a trabalhar de forma mais estreita e em colaboração/sinergia com instituições como a NEPAD na implementação de programas continentais, como o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) e o Programa Integrado de Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP), a fim de reduzir sobreposições e duplicações.
35. Os Estados-membros manifestaram a sua preocupação pelos atrasos na disponibilização de fundos por parte dos parceiros causados pela apresentação tardia dos relatórios por parte da Comissão. Portanto, exortaram que sejam impostas sanções aos departamentos que não cumpram com a apresentação atempada de relatórios para os parceiros. Incentivaram igualmente à Comissão a respeitar sempre as suas obrigações para com os parceiros. Os Estados-membros manifestaram igualmente a sua preocupação em relação ao comportamento de alguns funcionários que fazem exigências ilegais aos parceiros, especialmente em relação ao custo dos Subsídios de Ajudas de Custo Diários (DSA). Os Estados-membros solicitaram igualmente que a Comissão deve apresentar um relatório sobre o Financiamento da UE.
36. Os Estados-membros solicitaram que as prioridades devem colocar ênfase na resolução de conflitos no continente e preservação da paz e segurança como pré-requisitos para o desenvolvimento.
37. Os Estados-membros solicitaram igualmente uma acção reforçada sobre o combate à corrupção no continente.
38. O Comité solicitou que lhe seja disponibilizado e analise o calendário de reuniões para o Exercício de 2015, uma vez ter implicações no orçamento.

39. Os Estados-membros observaram que as questões dos Pequenos Estados Insulares, bem como Pequenos Países Encravados não eram consideradas prioritárias e, por isso, solicitaram que isso seja feito.
40. Os Estados-membros solicitaram à Comissão que, em momento oportuno, informe ao Comité sobre os progressos realizados no Estudo sobre os Recursos Humanos que a Comissão está a levar a cabo, e indique igualmente o compromisso da Comissão para a implementação das recomendações do estudo.
41. De igual modo, no que diz respeito à monitorização e avaliação, os Estados-membros ficaram satisfeitos com a criação de grupos e exortaram que os relatórios dos referidos grupos sejam disponibilizados ao Subcomité. Instaram à Comissão a dar mais ênfase às normas e referências de Monitorização e Avaliação.
42. Os Estados-membros instaram igualmente à Comissão a fazer a previsão de uma revisão, e indicar igualmente os departamentos de implementação dos vários programas.

## **VI. RESPOSTAS DA COMISSÃO**

43. A Comissão agradeceu os Estados-membros pelas suas contribuições e prometeu incorporar todas no documento.
44. A Comissão prometeu ainda actualizar as estatísticas no documento, conforme solicitado.
45. Relativamente ao aumento de um escalão na categoria salarial dos funcionários existentes, a Comissão explicou que, no início de cada ano, os funcionários definem objectivos individuais que estão de acordo e derivam do Plano Estratégico da CUA. Isto é feito através do sistema SAP. Esses objectivos são discutidos com os respectivos supervisores. É com base nisso que os funcionários são avaliados.
46. Quanto à relação com os parceiros, a Comissão reconheceu a incapacidade de conceber uma apresentação de relatórios credível sobre os projectos financiados. Esta foi a principal explicação para a demora na disponibilização de recursos por parte dos parceiros. A Comissão comprometeu-se a garantir a disponibilidade de um sistema melhorado de avaliação de qualidade e de apresentação de relatórios.
47. Quanto aos orçamentos dos Órgãos da UA, embora reconhecendo a relevância do tema, a Comissão prometeu consultar e dar respostas à próxima reunião e prometeu igualmente enviar Planos Estratégicos dos Órgãos da UA para os Estados-membros, conforme solicitado.
48. Em relação às fontes alternativas de financiamento, a Comissão chamou a atenção da reunião sobre a necessidade de uma solução de longo prazo para o problema e a necessidade de reduzir gradualmente a dependência dos parceiros. A Comissão salientou, ainda, que, enquanto se aguarda pelas fontes alternativas de

financiamento, a Comissão conta com os Estados-membros para mais financiamento. A Comissão observou que os parceiros tendem a impor a sua vontade sobre as actividades da Comissão, devido ao facto de serem os financiadores das actividades.

49. Com referência ao Relatório Obasanjo, a Comissão informou à reunião que o relatório seria discutido pelos Ministros das Finanças que estão prestes a se reunir em Abuja, no final de Março de 2014, e que se espera que sejam tomadas decisões relevantes.
50. No que diz respeito aos Estados Insulares e os Países Encravados, a Comissão concordou em incluir a questão dos Estados Insulares e os Países Encravados nas prioridades do Orçamento para o Exercício de 2015, uma vez que serem uma constituinte do continente.
51. No que diz respeito à lista de conferências e reuniões, a Comissão informou à reunião que esta era, de facto, a responsabilidade do Comité e que, como tal, a lista seria disponibilizada ao Comité.
52. No que diz respeito à Agenda 2063, a Comissão informou à reunião que iria incluir informações sobre os resultados do Retiro Ministerial de Bahir Dar, bem como as decisões das Reuniões dos Órgãos Deliberativos realizada em Janeiro/Fevereiro de 2014.
53. No que diz respeito ao apoio dos Estados-membros à Comissão, esta prometeu consultar e fornecer uma lista de áreas onde os Estados-membros poderiam prestar apoio à Comissão.

## **VII. DIVERSOS**

54. Nenhuma questão foi levantada sob o ponto Diversos.

## **VIII. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

55. O Presidente agradeceu a todos os Estados-membros pela sua participação e informou à reunião que voltariam a reunir-se numa data posterior para a aprovação do seu relatório.
56. A reunião foi encerrada as 13:20.

## **2ª SESSÃO**

57. A segunda Sessão do Subcomité foi realizada no dia 25 de Abril de 2014, e concordaram com a seguinte Agenda:
  - i) Discurso de Abertura
  - ii) Adopção do Documento-Quadro Orçamental para o Exercício de 2015
  - iii) Diversos



## **IX. DISCURSO DE ABERTURA**

58. A reunião foi presidida pela Embaixadora do Níger, S.E. Diallo Amina Djibo que saudou os participantes e apresentou os pontos a serem analisados. No seu Discurso de Abertura, agradeceu os Estados-membros pela sua presença na reunião. A Presidente ressaltou que o objectivo da reunião foi o de analisar e aprovar o relatório da reunião do Comité de 19 de Fevereiro de 2014.
59. Em seguida, a reunião analisou minuciosamente o relatório e fez os seguintes comentários e observações:

## **X. COMENTÁRIOS/OBSERVAÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS**

60. **Parágrafo 7:** Os Estados-membros solicitaram à Comissão que inclua a paz e segurança entre os desafios que África enfrenta.
61. **Parágrafo 19:** Os Estados-membros observaram que o projecto de Orçamento para o Exercício de 2015 deve igualmente ser com base no Novo Regulamento Financeiro, respeitando, em particular, a estrutura do orçamento, que é composta de despesas, bem como receitas.
62. **Parágrafo 24:** Sob o parágrafo 24, os Estados-membros solicitaram à Comissão a ajustar o parágrafo com a seguinte redacção: “Os Estados-membros solicitaram à Comissão a apresentar a situação dos ODM para os Estados-membros”.
63. **Parágrafo 26:** Os Estados-membros questionaram sobre que base os Orçamentos dos Órgãos da UA seriam preparados, uma vez que o Plano Estratégico para o período de 2014-2017 aborda apenas com a Comissão. Os Estados-membros duvidaram igualmente que os Órgãos da UA tivessem Planos Estratégicos e solicitaram que a Comissão envie esses Planos Estratégicos para os Estados-membros.
64. **Parágrafo 31:** O parágrafo 31 foi ajustado com a seguinte redacção: “Os Estados-membros manifestaram a sua preocupação pelos atrasos na disponibilização de fundos por parte dos parceiros causados pela apresentação tardia dos relatórios por parte da Comissão. Portanto, exortaram que sejam impostas sanções aos departamentos que não cumpram com a apresentação atempada de relatórios para os parceiros. Incentivaram igualmente à Comissão a respeitar sempre as suas obrigações para com os parceiros. Os Estados-membros manifestaram igualmente a sua preocupação em relação ao comportamento de alguns funcionários que fazem exigências ilegais aos parceiros, especialmente em relação ao custo dos Subsídios de Ajudas de Custo Diários (DSA). Os Estados-membros solicitaram igualmente que a Comissão deve apresentar um relatório sobre o Financiamento da UE.”
65. **Parágrafo 43:** O parágrafo 43 foi ajustado com a seguinte redacção: “Sobre os orçamentos de outros órgãos, embora reconhecendo a relevância do tema, a Comissão prometeu consultar e dar respostas à próxima reunião e prometeu

igualmente enviar os Planos Estratégicos dos outros órgãos para os Estados-membros.”

66. **Parágrafo 44:** O parágrafo 44 foi ajustado com a seguinte redacção: “Em relação às fontes alternativas de financiamento, a Comissão chamou a atenção da reunião sobre a necessidade de uma solução de longo prazo para o problema e a necessidade de reduzir gradualmente a dependência dos parceiros. A Comissão salientou, ainda, que, enquanto se aguarda pelas fontes alternativas de financiamento, a Comissão conta com os Estados-membros para mais financiamento. A Comissão observou que os parceiros tendem a impor a sua vontade sobre as actividades da Comissão, devido ao facto de serem os financiadores das actividades.”
67. **Parágrafo 46:** Sob o parágrafo 46, os Estados-membros solicitaram à Comissão que o altere da seguinte forma: “No que diz respeito aos Estados Insulares e os Países Encravados, a Comissão concordou em incluir a questão dos Estados Insulares e os Países Encravados nas prioridades do Orçamento para o Exercício de 2015.”
68. **Parágrafo 47:** Em relação ao Calendário de Reuniões, a Comissão informou aos participantes que esta é, de facto, a responsabilidade do Subcomité e, portanto, os documentos seriam apresentados no seu devido tempo.
69. **Parágrafo 49:** O parágrafo 49 foi ajustado com a seguinte redacção: “No que diz respeito ao apoio dos Estados-membros à Comissão, esta prometeu consultar e fornecer uma lista de áreas onde os Estados-membros poderiam prestar apoio à Comissão.”

## **XI. RESPOSTAS DA COMISSÃO**

70. **Parágrafo 7:** A Comissão concordou que a paz e segurança são, de facto, um desafio no continente e serão incluídas na secção relevante.
71. **Parágrafo 19:** A Comissão confirmou que o Orçamento para o Exercício de 2015 iria seguir o Novo Regulamento Financeiro que é em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS).
72. **Parágrafo 24:** Com referência aos ODM, a Comissão comprometeu-se a prestar as informações.
73. **Parágrafo 26/Parágrafo 43:** A Comissão explicou que, embora os Órgãos da UA derivam os seus Orçamentos dos seus próprios Planos Estratégicos, essa situação mudaria após a adopção da Agenda 2063, uma vez que os planos de todos os Órgãos seriam agora inspirados da Agenda 2063. A Comissão prometeu enviar os Planos Estratégicos dos Órgãos da UA, conforme exigido pela reunião.
74. **Parágrafo 47:** A Comissão comprometeu-se a consultar e enviar o Calendário de Reuniões conforme solicitado.

75. **Parágrafo 49:** A Comissão comprometeu-se a fornecer uma lista das necessidades que poderiam ser apoiadas pelos Estados-membros.
76. Após as deliberações acima, o Subcomité aprovou o relatório sujeito à prestação por parte da Comissão das seguintes informações:
- i) Planos Estratégicos de todos os Órgãos da UA;
  - ii) A apresentação da situação dos Estados-Membros com relação à realização das metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);
  - iii) Calendário de Reuniões e Conferências para o Exercício de 2015.

## **XII. DIVERSOS**

77. Sob o ponto de Diversos, a Comissão recordou aos Estados-membros da Decisão da Cimeira de Janeiro de 2014 sobre a Agenda 2063, que apela aos Estados-membros a fazer comentários sobre a Agenda 2063 até meados de Abril de 2014. A Comissão informou aos Estados-membros que, até agora, apenas o Zimbabwe tinha apresentado comentários e, por isso, apelou aos Estados-membros a apresentarem os seus comentários.

## **XIII. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

78. O Presidente encerrou a reunião e agradeceu a todos os Estados-membros pela sua participação.

### **3ª SESSÃO**

79. A terceira sessão analisou a seguinte Agenda:
- a) Discurso de abertura;
  - b) Adopção da Agenda;
  - c) Análise do Relatório da Comissão sobre a Agenda 2063;
  - d) Análise do Calendário de Reuniões Revisto;
  - e) Diversos.

## **XIV. DISCURSO DE ABERTURA AND ADOPÇÃO DA AGENDA**

80. A reunião foi presidida por S.E. Embaixador. Christopher Chika, que saudou os participantes e apresentou os pontos da Agenda conforme apresentados para sua análise e aprovação.

## **XV. ANÁLISE DO RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A AGENDA 2063**

81. O Director da SPPMERM fez uma apresentação sobre os progressos nos preparativos da Agenda 2063 e delineou a estrutura e os principais elementos contidos no Projecto do Documento, destacando o seguinte:

- O Capítulo 1 coloca a Agenda 2063 do contexto histórico do Pan-africanismo e Renascimento Africano, bem como da luta pela autodeterminação e independência económica;
- O Capítulo 2 descreve a visão e as aspirações africanas para 2063: com base na Visão da UA e vozes convergentes dos africanos derivadas de consultas com as partes interessadas, o Capítulo traça um quadro detalhado de onde África estará em 2063, quando o continente estará a comemorar o centenário da fundação da OUA;
- O Capítulo 3 apresenta uma visão geral das Dinâmicas de Desenvolvimento de África, com vista a informar os objectivos, metas e estratégias indicativas para a Agenda 2063;
- O Capítulo 4 descreve detalhadamente os Objectivos, Áreas Prioritárias, Metas e Estratégias Indicativas da Agenda 2063;
- O Capítulo 5 apresenta os Factores Orientadores, Facilitadores, Riscos e Estratégias de Mitigação, enquanto;
- O Capítulo 6 cobre “Como passar à Acção”, as modalidades de Implementação, Disposições de Monitorização e Avaliação, Financiamento da Agenda 2063, Estratégia de Comunicação e Capacitação para a implementação, e posteriormente;
- Os Anexos: Anexo 1 e 2: Quadro de Resultados Nacional, Regional e Continental

## **XVI. COMENTÁRIOS/OBSERVAÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS**

82. Os Estados-membros manifestaram o seu agradecimento pelo documento e pela sua apresentação, e fizeram as seguintes observações e questões:
- i) No Capítulo 3 faltou uma análise mais profunda dos desafios e sucessos das iniciativas do passado. Por isso, foi recomendado que uma análise mais aprofundada seja feita no Capítulo 3, para identificar as deficiências e os sucessos dos Quadros do passado e aprender com os mesmos. Isto deveu-se à preocupação de que o documento apresenta um cenário brilhante (relativa estabilidade e prosperidade no continente) sendo diferente a situação no terreno;
  - ii) A Agenda 2063 deve estar em conformidade com outras iniciativas, como a Posição Comum Africana sobre Agenda Pós-2015, em que, por exemplo, o termo “Sustentável” foi substituído pelo termo “Sustentado”. A Agenda 2063 foi considerada como tendo utilizado o termo “Sustentável”. Foi aconselhado que a Agenda 2063 e outros importantes documentos devem comunicar-se entre si;

- iii) O documento não trata adequadamente da gestão da diversidade e da construção da nação;
- iv) O termo “criativo” utilizado no Parágrafo 25 deve ser substituído por “inovador”;
- v) Qual é o estado do documento técnico, e se deve ser apresentado aos órgãos deliberativos?
- vi) Por que razão o documento faz referência ao Hino e Bandeira, quando já existem;
- vii) A realização das questões mencionadas no Capítulo 2 não foi bem articulada nos termos do Capítulo 6;
- viii) Questionaram se o sistema de sufrágio universal para a eleição do Presidente da UA até 2063 seria viável?
- ix) O documento é omissivo sobre o número de assentos permanentes a serem atribuídos à África no Conselho de Segurança da ONU. Podem ser de 3 a 5 e ter um assento para cada região;
- x) A estrutura proposta no Capítulo 6 tem muitos grupos que poderiam causar sobreposições;
- xi) Foi reiterado que África deve reduzir cada vez mais a sua dependência de recursos externos para o financiamento das suas iniciativas de desenvolvimento, definir metas e prazos claros de como isso pode ser alcançado, por exemplo, que a cada certo período uma certa quantidade/percentagem (digamos 10 %) da dependência de doadores seja reduzida de modo que até 2063 África seja auto-suficiente;
- xii) O documento deve ser considerado como trabalho em curso e deve ser dado mais tempo aos Estados-membros no sentido de dar o seu contributo. Isso deve garantir não só a sua internalização nos Estados-membros e a sua apropriação, mas permitir igualmente a finalização do documento para apresentação aos órgãos deliberativos em Janeiro de 2015;
- xiii) Os Estados-Membros questionaram que ideologia sustentou a Agenda 2063?
- xiv) Solicitou que a emissão de uma moeda aceite internacionalmente seja explorada e reflectida no documento;
- xv) Observou a existência de um Documento de Políticas elaborado pelo Comité Ministerial da Agenda 2063 e solicitou à Comissão a garantir que o Documento chegue às respectivas Embaixadas a tempo para posterior apresentação às suas capitais antes da Cimeira de Junho.

## **XVII. RESPOSTAS DA COMISSÃO**

83. A Comissão, através do Director de SPPMERM, agradeceu pelas pertinentes observações, comentários e questões apresentadas. Fez o seguinte esclarecimento:

- i) Em geral, aceitou os comentários feitos e prometeu fazer a revisão conforme o caso, com especial referência ao Capítulo 3. No entanto, acrescentou igualmente que os desafios e as lições anteriores tinham sido tidos em conta. Por exemplo, a Agenda 2063 incorpora disposições sobre a monitorização e avaliação, mobilização de recursos, pleno envolvimento dos povos, estratégia de comunicação, etc., que não constavam nas iniciativas anteriores;
- ii) A Agenda 2063 deve estar em conformidade com outras iniciativas, como a Posição Comum Africano sobre a Agenda Pós-2015; o único problema foi que duas iniciativas estão a ser realizadas simultaneamente. No entanto, o termo “sustentável” abrange o meio ambiente, alterações climáticas e gestão de recursos naturais. “Sustentado” refere-se à consistência do crescimento da economia. Portanto, os dois são diferentes e “Sustentável” é o preferido para a Agenda 2063;
- iii) A gestão da diversidade e da construção da nação foi coberta pelo capítulo sobre Factores Orientadores/Facilitadores/Riscos. Porém, a Comissão comprometeu-se a melhorá-la durante a revisão para uma melhor visibilidade e clareza;
- iv) O termo “criativo” utilizado no Parágrafo 25 seria substituído por “inovador”;
- v) O documento técnico é um trabalho em curso. Portanto, o Subcomité foi solicitado a tomar nota do mesmo e recomendar a sua finalização para apresentação em Janeiro de 2015. Este apresenta-se ainda mais importante pelo facto de serem necessárias mais contribuições dos Estados-membros para torná-lo mais prático, incluindo sobre as questões como a estrutura do sistema de defesa, para além do trabalho que inclui a preparação do plano de implementação a ser realizado para apresentação aos órgãos deliberativos em Janeiro de 2015;
- vi) A referência ao Hino e Bandeira no documento foi feita no sentido de aumentar o ritmo da sua adopção e utilização/generalização em todos os sectores da sociedade;
- vii) Relativamente à realização das questões nos termos do Capítulo 2, o comentário foi aceite. Mais explicação foi dada de que o trabalho para o desenvolvimento de um plano de implementação detalhado para esse fim terá início em Julho, após a Cimeira de Malabo;

- viii) Relativamente ao sistema de sufrágio universal para a eleição do Presidente da UA até 2063, o que foi avançado foi uma proposta, mas os Estados-membros são livres de decidir sobre o melhor sistema que preferem;
- ix) A sugestão para especificar o número de assentos permanentes para África no Conselho de Segurança da ONU foi uma boa sugestão; cada região poderá ter um assento e foi deixado aos Estados-membros para debater sobre o assunto;
- x) A estrutura/hierarquia proposta no Capítulo 6 seria revista para ter em conta as observações feitas;
- xi) Relativamente ao financiamento de África do seu desenvolvimento, a Agenda 2063 deve ser considerada como um quadro geral a ser executado em etapas e em cada etapa deve ser aprimorado. Será revisto e aprimorado em intervalos de 10 anos;
- xii) Foi reiterado que o documento técnico deve ser considerado como um trabalho em curso e os Estados-membros poderão propor um prazo a ser determinado para fazer as suas contribuições. Isso deve garantir a sua internalização e apropriação por parte dos Estados-membros e para o desenvolvimento de um documento melhor para apresentação aos órgãos deliberativo em Janeiro de 2015;
- xiii) A Comissão esclareceu que haveria outro documento de políticas que seria apresentado à Cimeira em Malabo. O documento já havia sido discutido pelo Subcomité Ministerial do Conselho Executivo, instituído em Bahir Dar que se reuniu recentemente com a Presidente da CUA, o Presidente do BAD, o Secretário Executivo da UNECA e os Directores Executivos das CER. O documento deverá ser distribuído a todos os membros do Conselho Executivo através das Embaixadas, a fim de prepararem as suas contribuições durante a sua discussão, quando for apresentado para discussão em Malabo;
- xiv) Relativamente à ideologia da Agenda 2063, esta é impulsionada pelo conceito do Pan-africanismo. É uma iniciativa orientada para o povo que reflecte o nosso passado e a Unidade e Solidariedade Africanas são as forças motrizes. Isso implica que os africanos serão os proprietários e principais beneficiários dos seus recursos naturais;
- xv) A emissão de uma moeda aceite internacionalmente foi incluída no documento, mas a ideia seria reforçada.

### **XVIII. RECOMENDAÇÕES PARA O CRP**

84. O Subcomité de Conferências e Programas recomendou o seguinte:

- i) O CRP é solicitado a tomar nota de que o Projecto de Documento Técnico sobre a Agenda 2063 ainda é um trabalho em curso e está a ser apresentado para solicitar mais contribuições e buscar orientação sobre a via a seguir;
- ii) Tendo em conta o facto de apenas cinco Estados-membros (Argélia, Gana, Maurícias, Zâmbia e Zimbabwe) terem, até agora, feito contribuições à Comissão, o CRP é solicitado a recomendar à Conferência a prorrogação do prazo para aprovação final do Documento Técnico da Agenda 2063, do prazo inicial de Junho de 2014, para Janeiro de 2015, de modo a dar aos Estados Membros a tempo suficiente para internalizar e assumir a propriedade do documento. O CRP deve igualmente solicitar ao Conselho Executivo à exortar os Estados Membros no sentido de apresentarem contribuições até ao final do mês de Setembro de 2014;
- iii) O CRP é convidado a tomar nota que a Comissão continuará a trabalhar em estreita colaboração com os seus parceiros (BAD, UNECA e NPCA) para aprimorar e finalizar o projecto do documento técnico, tendo em conta as contribuições dos Estados-membros e outras partes interessadas, com vista a apresentar o Documento Técnico da Agenda 2063 final, o Primeiro Plano de 10 Anos e quadro de implementação, monitorização e avaliação às reuniões dos Órgãos Deliberativos da UA de Janeiro de 2015;
- iv) O CRP é igualmente convidado a tomar nota que, a pedido do Comité Ministerial da Agenda 2063 instituído durante o Retiro do Conselho Executivo de Bahir Dar, a Comissão formulou um pequeno documento político/inspirador da Agenda 2063, que foi distribuído a todos os Estados-membros, conforme solicitado.

#### **XIX. APRESENTAÇÃO, PELA COMISSÃO, DO PROJECTO DE CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA 2015**

85. O representante da Direcção de Gestão de Conferências e Publicações apresentou o Projecto de Calendário de Reuniões e observou que o objectivo da sessão foi o de rever e aprovar o calendário de reuniões para o exercício de 2015 que havia sido discutido na Reunião Conjunta dos Subcomités do CRP de Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras e de Programas e Conferências, do dia 02 de Junho de 2014.

#### **XX. COMENTÁRIOS/OBSERVAÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS**

86. Os Estados-membros tomaram nota que, embora a maioria das recomendações feitas na última reunião foram reflectidas no projecto, nem todos os comentários/orientações foram tidos em conta, por exemplo:
  - a) Observaram que em certos casos em que haviam recomendado que algumas reuniões fossem unificadas, não tinha sido feito, por exemplo:



- O Departamento de Assuntos Sociais devia unificar as reuniões 3, 5 e 6; e as reuniões 9 e 10;
  - Para o Departamento de Infra-estruturas, as reuniões 2 e 3 deveriam ser unificadas, bem como as reuniões 4 e 9.
- b) Observaram que o Departamento de Economia Rural e Agricultura não reduziu o número de funcionários da CUA para prestar serviço à reunião em Paris;
- c) Observaram que algumas reuniões ainda estão a ser designadas como “Ministeriais”, enquanto elas são CTE;
- d) Observaram e solicitaram que a reunião do “Comité dos 10” seja adicionada ao Calendário de Reuniões;
- e) Observaram que o Departamento de Infra-estruturas e Energia não unificou o CTE e as Mesas, como foi feito pelo Departamento de Comércio e Indústria;
- f) Observaram que, em alguns casos, como o Departamento de Assuntos Sociais, ainda haviam reuniões do calendário principal que aparecem sob Formação e Capacitação.

## **XXI. RESPOSTAS DA COMISSÃO**

87. A Comissão deu as seguintes respostas:

- a) Concordou que as reuniões mencionadas sob a DSA, DIE serão unificadas;
- b) O representante da DREA explicou que o número de funcionários a prestar serviço na reunião de Paris, na verdade, foi reduzido de 20 para 10, conforme evidenciado pela redução do orçamento de 130.000 \$EU para 80.000 \$EU, mas o projecto de documento não foi ajustado em conformidade;
- c) Relativamente à questão das reuniões ministeriais que ainda aparecem no calendário, o representante da DCMP reconheceu que foi um erro na designação, mas são, na verdade, CTE e será corrigido em conformidade;
- d) Concordou que a “Reunião do Comité dos 10” será adicionada às reuniões recorrentes;
- e) O representante do Conselheiro Jurídico explicou que alguns CTE e Mesas não podem ser unificados porque as Mesas são os mecanismos de coordenação para os CTE e devem reunir-se atempadamente para garantir a preparação adequada antes dos CTE se reunirem;
- f) A Comissão concordou que as referidas reuniões sob o Departamento de Assuntos Sociais serão movidas para a secção relevante do calendário de reuniões.

## **RECOMENDAÇÕES PARA O CRP**

88. Após tomar nota que a Comissão fez os ajustamentos necessários solicitados pela reunião conjunta dos Subcomités do CRP sobre Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras e do Subcomité de Programas e Conferências, o Subcomité concordou em recomendar o Calendário de Reuniões para aprovação pelo CRP.
89. Na adopção do seu relatório, o Subcomité destacou a necessidade da Comissão reduzir o número de funcionários a participar na Reunião de Pretória do Departamento de Paz e Segurança e a Comissão comprometeu-se a fazê-lo no Calendário de Reuniões.

## **XXII. DIVERSOS**

90. Nenhuma questão foi levantada sob o ponto Diversos.

## **XXIII. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

91. O Presidente encerrou a reunião e agradeceu a todos os Estados-membros pela sua participação

2014

# Relatório do subcomité de Conferências e Programas do Comité de Representantes Permanents (CRP), Fevereiro – Junho De 2014

União Africana

União Africana

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4079>

*Downloaded from African Union Common Repository*